

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE 6: FRONTERAS, TERRITORIOS Y CULTURA / FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E CULTURAS

**Fronteiras e territórios: empreendimientos, migrantes e vivências**

Valdir Gregory

UNIOSTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

valdirmacgregory@gmail.com

2015

**Resumen/ Resumo:**

Discussão sobre fronteiras e territórios a partir de registros de vivências de migrantes no final do século XIX e início do século XX em áreas fronteiriças da Argentina, Brasil e Paraguai. Estes registros contêm narrativas sobre empreendimentos relacionados ao extrativismo da madeira e da erva mate, realizado nos entornos da Tríplice Fronteira destas nações. Será dada atenção especial para os personagens presentes nestas fontes, enfocando o ser migrante na situação de fronteiriço, fronteireiro, transronteiriço. O contexto estudado é caracterizado como um período posterior à Guerra da Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai: a denominada Guerra do Paraguai. Os migrantes deste período participaram como atores sociais no rearranjo territorial destas fronteiras. Áreas nos limites e nos entornos da Tríplice Fronetira Brasil, Argentina e Paraguai foram apropriadas e dominadas por empreendedores para os quais as restrições tentadas pelos estados nacionais eram vistas como empecilhos para os seus intentos. Portanto, relevadas, enfrentadas e transgredidas. Tal situação era funcional para a exploração imperialista da época. Este modus vivendi, esta forma de agir e esta maneira de atuar nos territórios fronteiriços vão se perpetuando mais ou menos em tempos posteriores nestas localidades das bordas territoriais nacionais.

Doutor em História pela UFF/Niterói, Mestre em História pela PUC/RS, Professor Associado da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação mestrado e Doutorado Sociedade, Cultura e Fronteiras e líder do grupo de pesquisa Cultura, fronteiras e desenvolvimento regional,

Este texto procura discutir fronteiras e territórios a partir de registros de vivências de migrantes no final do século XIX e início do século XX em áreas fronteiriças da Argentina, Brasil e Paraguai. Estes registros contêm narrativas sobre empreendimentos relacionados ao extrativismo da madeira e da erva mate, realizado nos entornos da Tríplice Fronteira destas nações. Será dada atenção especial para os personagens presentes nestas fontes, enfocando o ser migrante na situação de fronteiriço, fronteireiro, transronteiriço.

O contexto estudado é caracterizado como um período posterior à Guerra da Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai: a denominada Guerra do Paraguai. Os migrantes deste período participaram como atores sociais no rearranjo territorial destas fronteiras. Como conceber fronteiras e territórios em tal discussão? O que significam para a o meio acadêmico? E para os migrantes?

Segundo Antônio Myskiw (DICIONÁRIO DA TERRA, 2005), fronteira costuma significar limites entre duas ou mais situações. Ela pode apontar onde tem início ou fim um determinado território, estabelecendo soberania. Pode servir para assinalar o que pertence e o que não pertence. Significa, pois, domínio, poder. Há uma diversidade de tipologias de fronteira. Ao mesmo tempo em que a fronteira se constituiria num “cenário de intolerância, ambição e morte”, no entender de José de Souza Martins (MARTINS, 1997, p. 11, apud DICIONÁRIO DA TERRA ). Seria, também, “lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada no milenarismo da espera do advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura”. Michel de Certeau (CERTEAU, 2000, p. 213, apud DICIONÁRIO DA TERRA ), ao problematizar alguns aspectos teóricos e práticos da fronteira, argumentaria que “a fronteira funciona como um terceiro”, isto é, o espaço existente entre o lado de cá e o lado de lá da fronteira.

Com o conceito de fronteira se articula o conceito de território. Myskiw, citando Werther Holzer (HOLZER, 1997:83, apud DICIONÁRIO DA TERRA ), aponta que território também pode ser entendido como um conjunto de “itinerários e lugares”. Ele buscaria compreender o território a partir das relações sociais e culturais que determinados grupos humanos (ou animais) mantêm com lugares e itinerários que constituiriam seus territórios. Nessa óptica, a existência do território não depende de delimitação de fronteiras fixas, e sim flexíveis, visto que os limites são dados de acordo com as relações (espontâneas ou não, conflituosas ou não) frente (ou junto) a outros grupos. Esta alteridade se estabelece através de relações negociadas com mais ou menos coerção.

O território, suas fronteiras e a população que o compõem têm historicidades. Isto implica em conceber território fronteiras e população na dinâmica das temporalidades e das espacialidades. Implica em contemplar tempos diversos. As histórias de lugares são histórias de movimentos, de migrações, de conflitos e de transformações de espaços e paisagens. Assim como o espaço, o território é produzido (explorado ou utilizado) por formações sociais, com dinâmicas próprias e repletas de contradições e desigualdades. No interior dos territórios, estão presentes as especificidades locais, inerentes à dinâmica geral da sociedade e às peculiaridades de lugares e tempos históricos. Distribuição de renda, acesso a bens, atendimento de necessidades, exercício da cidadania, participação política são vivências da dimensão humana que estão territorializadas, ou seja, ocorrem em lugarese em tempos diversos.

Roberto Carlos Abinzano (ABINZANO, 2004) trabalha com o conceito de transfronteira. Ele mostra que os atores da Tríplice Fronteira diluem nas suas vivências as pretensas fronteiras nacionais. Em texto sobre a frente extrativista (*El frente extractivista*), Abinzano caracteriza a Província de Misiones, situada no Nordeste da Argentina, no período de 1865 a 1930, como uma “formación socioeconômica y espacial transfronteiriza”.

Baller (2014, p. 168) aponta que experiências individuais podem ser percebidas na “dinâmica fronteiriça”. Em lugares e tempos diversos, por exemplo, “esse espaço fronteiriço registra partidas de espanhóis e portugueses no interior do Brasil”, a atuação da Mate Larangeira, da obrage do “Argentino - Júlio Tomás Alica – que operava com mão de obra paraguaia na barranca do rio, na margem brasileira.” Menciona experiências de uma família transfronteiriça. (BALLER, 2014, p. 125) Para Baller (2014, p. 169), “é na relação que as pessoas mantêm com esses lugares que se afirma a sua situação de fronteiriço”.

Henrique Manoel da Silva (2010, p. 21) denomina migrantes do Oriente paraguaio de fronteireiros. Agradece ao “Prof. Antônio Assis, pela criteriosa revisão dos originais e pela sugestiva junção dos termos *frontier with pionners*, que originou o título” do livro. (SILVA, 2010, p. 7) Faz uma discussão sobre a “evolução das estruturas socioeconômicas da sociedade paraguaia”, com arranjos políticos, ocorridos após a Guerra da Tríplice Aliança. “A característica mediterrânea dessa sociedade encapsulada num estado patrimonialista” teria mantido terras nas mãos de “grupos estrangeiros e latifundiários paraguaios”.

Nestas fronteiras, na Tríplice Fronteira, atuam e vivem humanos que são caracterizados como tranfronteirços, fronteiriços, fonteireiros. Estes atores disputam, constroem territórios.

As disputas por territórios no Prata envolveram diversos atores políticos durante o século XIX. “A rivalidade entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, recrudescida pelas disputas” pelo poder de Rosas “levou a uma aproximação entre o Império do Brasil e a República paraguaia”, com reconhecimento da independência do Paraguai em 1844, por parte do Brasil, “buscando evitar uma composição do Paraguai com a confederação argentina.” (SILVA, 2010, p. 36)

O pós-guerra deixou o Paraguai “indigente” e destruído com “uma prolongada ocupação por tropas estrangeiras” e perdas territoriais para o Brasil e para a Argentina. Nesta situação, ocorreu a “ocupação e controle do país pelo exército brasileiro durante seis anos”, interferindo nas disputas pelo poder. Após a retirada das tropas brasileiras, Bernardino Caballero, “líder nacionalista que lutara ao lado de Solano Lopes até o fim”, liderou uma revolta militar, sendo aclamado herói, permanecendo “na cena política e institucional” por vinte e sete anos como presidente (1880-1886) “e depois como líder das forças armadas”. Teria fundado a Associação Nacional Republicana (Partido Colorado), que dominaria a política paraguaia entre 1889 e 1904. Este partido continuou atuante no cenário político paraguaio até a atualidade. Devido à “bancarrota financeira”, foi forçado a vender “ativos públicos, com fazendas estatais, ferrovias, fábricas e minas ... a preço de barganha a gananciosos especuladores internacionais”. Neste contexto de rearranjo institucional e de poder no Paraguai, “grandes áreas rurais passaram para as mãos de latifundiários estrangeiros absenteístas, alijando de suas terras os miseráveis camponeses, órfãos do antigo Estado paternalista”. (Ver SILVA, 2010, p. 42 a 46)

Para Abinzano, a exploração da madeira e da erva mate impulsionou “epifenómenos complementários” como traçados de vias de comunicação, o desenvolvimento da navegação, a construção de infra-estrutura portuária. Menciona que havia “agricultores de subsistencia, colonos espontâneos (...) especialistas artesanos y El território”. Observa, ainda, que muitas práticas desses atores sociais neste território estariam presentes em décadas posteriores nos três países desta transfronteira. Menciona fontes que afirmariam que estas regiões eram frequentadas por “’matreros’ y otros aventureros”, que eram combatidos. “Ya por entonces em Argentina se decia que estos personajes eran brasileños y em Brasil, obviamente, que eran ‘castellanos, argentinos o paraguaios’” (Ver ABINZANO, 2005, p. 2 e 7) Mostra, também, a exploração da erva mate em território paraguaio, referindo-se a um lugar conhecido como “Tucuru-Pucu” (formigueiro gigante), localizado no porto Presidente Franco à frente da foz do rio Iguaçu no rio Paraná. Assim, ele aponta aspectos históricos, enfatizanando presenças de empreendedores e trabalhadores oriundos dos três países limítrofes. Alerta que estas atividades desconheciam limites internacionais. “Individuos de varias nacionalidades y orígenes pasaban las fronteras nacionalesen cualquer sentido”, sendo que os controles aduaneiros e os de outra natureza não existiam nos três países. Os ervateiros e obrageiros criaram um mundo quase autônomo. Abinzano menciona regulamentações e legislação que buscavam controlar as fronteiras. Tais tentativas de normatização proporcionaram a presença de funcionários, que, em muitos casos, usaram de espaços de poder para manobras voltadas a seus interesses. “Estas empresas que surgen luego de la venta de las tierras y se convierten en grandes empórios estaban montadas y actuaban em los tres países yerbateros ya que habia algunas de ellas que poseían tierras y capitales em más de una jurisdicción.” Por outro lado, a maioria dos trabalhadores rurais nos ervais “fueron índios, mestizos y criollos de los três países”, além da presença de estrangeiros europeus. (ABINZANO, 2005, p. 10, 15 e 17)

O interessante é que nomes de empreendedores e suas respectivas obrages circulam em registros do Brasil, do Paraguai e da Argentina. Com relação ao erval Tucurú-Pucú, “la Industrial Paraguaya, um importante ‘holding’ integrado em su gran mayoría por capitales argentinos”, teve, na sua constituição e desenvolvimento , a contribuição de “tenaces hombres”, que foram os “Goicoechea, Aramburu, Bossetti, Luchessi y Paggi”. Eram imigrantes e filhos de imigrantes europeus. Em outra situação o ervateiro Goicoechea informa a Peyret que teve contatos com expedições de reconhecimento dirigidas por estrangeiros. Cita Fender, um suíço, o francês Andrieuz, o italiano Lencisa, Coffin, comerciante norte americano, os ingleses Fair e Davison, o espanhol Vitorio Abente. Dentre os maiores ervateiros, Abinzano menciona “los Arrechea, los Goicoechea, Robet-Blosset, Nuñes, Gibaja, Arrillaga, Barthe, Nosiglia...” Termina o texto com um epílogo afirmando que teria feito uma descrição de uma formação espacial como um processo, onde se constituíram “fronteras socioantropologicas específicas junto a las fronteras jurídicas e políticas”. (ABINZANO, 2005, p. 24, 33, 36 e 37)

Leandro Baller (2014, p. 21), quando articula a ideia de fronteira com a categoria fronteiriços, menciona uma dinâmica “para além dos nacionalismos”. Fronteiriços seriam constituídos e constituir-se-iam pelas vivências.

Está caracterizado e territorializado, pois, o imperialismo europeu ocidental nesta Tríplice Fronteira. Para este sistema de dominação e espoliação o enfraquecimento dos domínios territoriais das nações do Prata era funcional. E era do interesse de empreendedores. Os interesses imperialistas ocorriam através dos (trans)fronteiriços.

No âmbito da construção da nacionalidade brasileira, durante o Império, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, criado em 1838, teria produzido“relatórios de viagens e outros levantamentos sobre os espaços fronteiriços”. Tais práticas teriam contribuído para a construção de fronteiras sob os olhares de “diplomatas e militares”. Assim, “os primórdios de ‘nossa história’ sobre a fronteira se dão praticamente por meio da descrição ... em relatórios sobre expedições, viagens, exploração de naturalistas e em outros documentos com disposições técnicas.” (BALLER, p. 25 e 26)

Áreas nas proximidades dos limites entre Brasil e Paraguai foram palcos para domínios e apropriação de terras de empreendedores migrantes fronteiriços. Foi o caso da “região sul de Mato Grosso compreendida entre o rio Paraná, Paraguai, fronteira do Paraguai e rio Pardo foi, durante cerca de meio século, entre 1890-1940, palco da ação da Companhia Mate Larangeira, arrendatária das terras devolutas e dos ervais nativos ali existentes”. (BALLER, p. 42, cf. ARRUDA, p. 17)

Na perspectiva territorial das fronteiras brasileiras, “desde o final do século XIX, a região fronteiriça entre os estados do Paraná e Mato Grosso e o Paraguai era tida como perigosa e preenchia o imaginário nacional com incontáveis histórias sobre uma terra sem lei, povoada por gente de fala e costumes estranhos.” (SILVA, 2010, p. 155)

Leandro Baller (2014, p. 103 e 104) observa que pessoas do Rio Grande do Sul, “ainda no século XIX, penetram o Paraguai tomando como curso a província de Missiones na Argentina.” Menciona, também, que pessoas saídas de São Paulo, de Santa Catarina e do norte do Paraná migraram para o Paraguai. Seria um “modus operandi” de tempos longos intensificado na segunda metade do século XX. Aqueles migrantes do século XIX seriam alemães de passagem pelo Rio Grande do Sul e “pelas províncias fronteiriças da Argentina, indo se estabelecer no Paraguai”. Simbolicamente,São Leopoldo no sul do Brasil, Monte Carlo em Missiones na Argentina e Hohenau e Obligado em Itapua no Paraguai seriam localidades com “características germânicas”.

Com relação à população preexistente em Misiones na Argentina, havia numerosos guaranis, mestiços e imigrantes. Com a Guerra do Paraguai, houve ocupação militar. Famílias teriam acompanhado combatentes, além de grande comitiva de comerciantes. Assim, “crearon efecto de repoblamiento de la zona a la que acudieron argentinos de varias províncias, brasileños, uruguayos, españoles, franceses, italianos, alemanes, etcétera, y aventureros o colonizadores de orígenes diversos”. Escreve que se encontram entre escritos de viajantes e informes oficiais qualificativos e descrições de “dos tipos de pobladores: a) agricultores com técnicas muy primitivas de subsistência; b) bandidos o cuatreros dedicados al pillaje, y refugiados de los três países implicados em la región”. Também havia indígenas do grupo tupi. (ABINZANO, 2005, p. 22)

Para Henrique Manoel da Silva, no território brasileiro, “a exploração econômica desta vasta região permaneceu durante décadas limitada a atividades extrativistas, como a da madeira e a da coleta da erva-mate ... por companhias, em sua maioria, estrangeiras”. O autor destaca a Mate Laranjeira, que exerceria “grande influência econômica na região boreal paraguaia”. Após a Guerra da Tríplice Aliança, teria sido “beneficiada pelos acordos decorrentes do Tratado Loisaga-Cotegipe, pelo qual o Paraguai cedeu ao Brasil grandes extensões de sua fronteira setentrional, situadas entre o rio Apa e o Rio Blanco”, com reservas expressivas de erva-mate. Outras companhias teriam atuado na Bacia do Prata, abrangendo extensas áreas do Paraná e “da região da fronteira oriental do Paraguai”. (SILVA, 2010, p. 156)

Os obrageiros tinham seus domínios em ambas as margens do rio Paraná e exploravam trabalhadores das imediações da Tríplice Fronteira, denominados de mensus, “que em sua maioria eram trabalhadores paraguaios, mas também envolvendo rurícolas brasileiros e argentinos”. No Paraguai, estas explorações foram realizadas em áreas distantes da capital, “como Caazapá, San Pedro, Neembucu, Missiones, Itapúa”, Caaguazú e Concepción. (SILVA, 2010, p. 159)

Baller (2014, p. 175) confeccionou e fez constar no livro um mapa dos latifúndios nas fronteiras paraguaias até 1950, com “superfície y ubicación de três grandes propriedades em 1920”:LA SOCIETE FONCIERE (1906) – 450 000 has, LA INDUSTRIAL PARAGUAIA (1915) – 2 647 727 has, Bathe & CO ( 1916) – 1 125 000 has.

Na costa paraguaia foram registrados, nominados e descritos dezoito portos: Porto Presidente Franco, Porto Embalse, Porto Itacurú, Curupaity, Porto las Palmas, Porto Aurora, Porto General Dias, Porto Vanguardia, Porto Alegre, Porto Doriela, Porto Vitório Bocay, Porto Cardona, Porto Saenz Pena, Porto Santa Tereza, Porto 3de Junho, Porto Alica, Porto Itambeí, Porto Adelia.Três deles estariam “totalmente abandonados” e três aparecem sem informações sobre moradores ou proprietários.A “Industrial Paraguaya” seria “uma Cia. De capital inglês”. A “propriedade dos Ayala” teria um certo conforto, com os moradores atingindo “a 250 pessoas, inclusive 150 peões paraguaios”. O Porto General Dias, pertencente a Leandro Bertoni, teria como “administrador, Carlos Maguez, paraguaio, que aí reside com sua senhora e 40 bugres paraguaios”. No Porto Doriela teria morado “o brasileiro Antonio Carvalho”, outro porto teria sido explorado “por um argentino chamado Vasques”. O “Porto Sta. Tereza pertence à Leandro Bertone. Possui 70 famílias (140 pessoas), todas paraguaias, que trabalham no cultivo da erva (3 km quadrados de plantas), afora a erva nativa. Administra o lugar o Sr. Milciades Schneider, paraguaio, cujos avós são alemães”. Em outro, “reside um comissário paraguaio, Zeferino Acosta, encarregado da guarda da fronteira, nessa zona”. (Ver GREGORY, in: COLOGNESE, Sílvio Antônio & CARDIN, Ericc Gustavo, p. 204 e 2205)

Estas terras, chamadas terras fiscais, destinadas à exploração, foram “concedidas a grandes empresas de capital britânico, francês, argentino e brasileiro”. Atuavam com relativa autonomia. (SILVA, 2010, p. 160) A Industrial Paraguaia, anglo-argentina, criada em 1886, tinha, entre seus sócios, o já mencionado Bernardino Caballero, chefe militar e presidente do Paraguai. Esta obrage detinha, em 1911, 2 718 750has, equivalendo a 17% da área “da fronteira oriental, empregando algo em torno de 5 000 trabalhadores na condição de mensus”. (SILVA, 2010, p. 161) Simbolizando poder e domínio, Silva (2010, p. 161, apud NICKSON, 2005) afirma que “A Industrial Paraguaia era seu próprio juiz”.

O imigrante francês Domingo Barthe tinha, em 1870, uma obrage de mais de 1 875 000ha, no departamento de Alto Paraná, e empregava 3 000 trabalhadores. Barthe empreendia, também, em navegação fluvial, com transporte de cargas e passageiros através do rio Paraná, com trajeto entre Posadas e Buenos Aires. Outra companhia possuidora de terras no oriente paraguaio era a Mate Larangeira. Esta obrage adquiriu, em 1902, 800 000has de terras paraguaias nos arredores de Salto del Guairá, empregando mais de 1 000 trabalhadores. Essas companhias teriam dominado a economia da região durante 80 anos. (SILVA, 2010, p. 162) Esses empreendimentos escoavam sua produção através de portos localizados às margens do rio Paraná, “como Puerto Adela, Hernandárias e Ñacunday” e dos seus afluentes. (SILVA, 2010, p. 163)

Thomaz Laranjeira, um dos fundadores e importante personagem na criação, administração e desenvolvimento da Companhia Mate Laranjeira, teve uma equipe de uns “duzentos homens, entre uma maioria de peões e alguns *descubierteros* ... descobrindo *manchones* de erva” em território paraguaio. Eram trabalhadores empobrecidos pela guerra, os *mensus*, *mensualeros*. Os negociantes montavam “esquema de arrendamento e de compra e venda de terras”. Larangeira criou em 1877, em Concepción, a *Empresa Larangeira S.A*. para arrematar e enviar para a Argentina erva cancheada. Também “tradicionais famílias paraguaias – como Quevedo, Cabañas e Gamarra” se dedicavam à exploração ervateira. La Industrial Paraguaya se tornou, na década de 1900, a exploradora e vendedora de dois terços da erva paraguaia para a Argentina. Esta atuava no sentido de criar dificuldades para a atuação da Companhia Mate Laranjeira no território paraguaio, forçando o direcionamento dos negócios desta para o território brasileiro pelo rio Paraná. (MAGALHÃES, pp. 29 e 30)

Após a Guerra, Larangeira requereu terras no sul de Mato Grosso, recebendo áreas da Colônia Dourados, fundada em 1856, na Serra do Maracaju entre os rios Santa Maria e Dourados. Instalou “ranchadas em *Potrero Laguna Capiibary* – a três léguas da divisa, em território paraguaio – e no *Potrero São Thomaz*, no lado brasileiro de uma fronteira de tão erma era na prática imaginária”. Nesses locais, colhia-se e beneficiava-se a erva para enviá-la aos “armazéns e escritório da empresa de Larangeira” em Concepción, utilizando os caminhos abertos pela Comissão de Limites. (MAGALHÃES, p. 30) Em 1882, Larangeira e seus sócios "requereram três fazendas: Santa Virgínia, Margarida e dos *Potreros Thomaz y Carambola*”. (MAGALHÃES, p. 31)

As vivências vivenciadas não se ressentiam de imposições e restrições advindas das tentativas de estabelecer limites territoriais nestas fronteiras. Empreendimentos, empreendedores e personagens foram sendo territorializados e territorializaram-se nestas fronteiras. Migrações e migrantes compõem os cenários (trans)fronteiriços, fronteireiros. O cenário que vem sendo apresentado contempla o imperialismo, empreendimentos, obrages, infraestrutura (caminhos navegação, portos...) e empreendedores nas fronteiras. Neste contexto, foi criada e desenvolvida a Companhia Mate Larangeira, já mencionada anteriormente.

Luiz Alfredo Marques Magalhães (2013) publicou: Retratos de uma Época – Os Mendes Gonçalves & Cia. Mate Laranjeira. É um livro de fino acabamento e inclui “foto panorâmica de Campanário de 1932, texto, pesquisa e fotografias”. Destacam-se as fotografias detalhadamente referenciadas e descritas a partir de amplas e precisas pesquisas em arquivos e acervos e dados obtidos de forma oral. A Companhia e seu contexto histórico-cultural são tratados a partir de informações obtidas em narrativas e textos escritos assentadas em vivências do autor. Os relatos e afirmações do autor vão embasar as discussões que seguem.

A obra está estruturada em três partes: 1) Da Ilha da Madeira a Porto Monjoli; 2) A era Campanário; 3) Heitor, Mario, e a vida em Campanário. Traz, também, uma apresentação feita pelo autor e um Prefácio escrito por Elza Dória (Mendes Gonçalves), além da Introdução.

Cabe enfatizar que localidades e personagens compõem fronteiras e territórios. Segundo Magalhães (2010, p. 13), “muita coisa já foi dita e escrita sobre a relação afetivo-comercial que uniu alguns membros da família portuguesa Mendes Gonçalves ao brasileiro Thomaz Larangeira, pioneiros em uma das mais lucrativas atividades desenvolvidas no centro-sul do continente logo após a guerra da Tríplice Aliança – a exploração e o comércio da erva-mate.” Trata-se da exploração da erva mate (Ilex: thezanas, mate, paraguaiensis, curitibiensis), predominando a denominação ilex paraguaensis “dada por Saint Hilaire”.

Os personagens estavam envolvidos “como negociantes-provedores” da guerra, iniciando atividades conjuntas na década de 1870, chegando “ao final do século vinte ainda em pleno funcionamento na Argentina”. Dedicaram-se à exploração da erva mate, acompanhada da pecuária, navegação, exploração da madeira, agricultura e silvicultura. (MAGALHÃES, p. 13)

Atenção à família Mendes Gonçalves, principalmente a Ricardo Antonio e Francisco, e a Thomaz Larangeira será dada a seguir. A família Mendes Gonçalves saiu da Ilha de Madeira, onde o pai, o médico marroquino Ricardo Mendes de Freitas, faleceu em 1853. Nesta data, o seu filho mais velho Ricardo Antonio, que migrou para o Brasil em 1840 e era um comerciante abastado no Rio de Janeiro, “chamou para o Brasil a mãe e seus dez irmãos. Assim, migraram para o Rio de Janeiro a mãe Leocádia e os filhos: Ricardo Antonio, José Maria, Antonio Jacyntho, João Chrysostomo, Justiniana, Constantina, Maria, Gertrudes, Francisca, Francisco. Há imagens e narrativas sobre os membros desta família. Tiveram papel destacado na publicação Ricardo Antonio (o primogênito), Antonio Jacyntho (o terceiro) e Franscisco (o caçula). (MAGALHÃES, p. 15)

Francisco nasceu em 1847 e passou a infância no Rio de Janeiro, tendo experiência na casa comercial Ricardo Antonio Mendes Gonçalves, que passou a fornecer “bens essenciais para as tropas brasileiras” na Guerra do Paraguai. Ricardo Antonio e Francisco foram ao Paraguai em 1867. Eles conheceram, “em Assuncón, o comerciante Thomaz Larangeira, representante de uma firma comercial de Porto Alegre”, que fornecia víveres aos soldados brasileiros. Larangeira, após o conflito, foi provedor da Comissão de Limites, que demarcou as fronteiras entre Brasil e Paraguai. (MAGALHÃES, p. 16)

Francisco, Ricardo Antunes e Laranjeira aparecem territorializando-se nas fronteiras num cenário de guerra. A guerra proporcionou oportunidades de negócios. Migraram, viveram na Ilha da Madeira, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Asunción.

Ricardo Antonio casou com Balbina Medina (brasileira), com quem teve seis filhos. Viuvou e teve um filho com Dolores Veja. Teve segundo casamento com Candelária Acosta (paraguaia), tendo mais sete filhos. (MAGALHÃES, p. 18) Em 1863 obteve cidadania brasileira e viveu no Paraguai de 1870 a 1901, quando faleceu. Tornou-se membro atuante da sociedade assuncena como “sócio da maior empresa ferroviária paraguaia, a Travasso, Patri & Cia. No ano de 1878, foi nomeado cônsul português no Paraguay, e em 1880 seria escolhido para a presidência da Sociedade Beneficente Portuguesa”, tendo comendas e condecorações. (MAGALHÃES, p. 18)

Cabe destacar que Ricardo Antonio nasceu português. Viveu na Ilha da Madeira, no Rio de janeiro, em Asunción. Obteve cidadania brasileira, foi cônsul português, liderou a beneficência portuguesa no Paraguai. Constituiu família com mulher brasileira e, depois, com mulher paraguaia. Quantas fronteiras podem ser apontadas a partir destas vivências registradas!

Francisco foi a Buenos Aires, em 1873, onde se casou com Teophila Pilar ViejobuenoMuñoz, filha de espanhóis e militares da Argentina. Teve oito filhos, quando, em 1883, Teophila faleceu. Dez anos depois se casou com Elvira Fernandez Ramos, tendo mais quatro filhos. (MAGALHÃES, p. 20 e 21) Em 1874, abriu em Buenos Aires a casa comercial Francisco Mendes & Cia., juntando-se a ele “os portenhos Marcos Esnaty e Antonio Giulitto; a eles se juntaria depois o português Antonio Marques da Paixão”. Esta casa participou das sociedades Larangeira, Mendes e Cia.; Empresa Mate Larangeira S.A. e Cia. Mate Larangeira (três diferentes nomes da empresa). Em 1884, formou o Banco de Comércio, com trinta e seis signatários, sendo juntado ao Banco de Comércio Hispano Argentino. Participou do Banco de La Província. Aos setenta e três anos, em 1913, tornou-se cônsul português em Buenos Aires. Faleceu em 1930. (MAGALHÃES, p. 23)

É pertinente registrar que Francisco saiu criança de seis anos da Ilha da Madeira. Teve infância no Rio de Janeiro. Jovem esteve envolvido em atividades relacionadas à Guerra em Assuncón no Paraguai. Aos 25 anos foi empreender na Argentina. Empreendeu e negociou com portenhos, português. O banco em que atuou era Hispano Argentino. Foi cônsul português na Argentina. Constituiu família com “filha de espanhóis e militares da Argentina”.

Ricardo Antonio e Francisco migraram. Vivenciaram situações de fronteira. A alma portuguesa acompanhou estes migrantes, inclusive com cargos de representação consular. O espírito aventureiro abriu fronteiras e territorializaram-se em terras fronteiriças. Negócios, famílias, atividades sociais e culturais aconteceram além de limites nacionais. O berço foi de abastança. Ambos acumularam bens e ocuparam posições de destaque. São oriundos de família numerosa para os padrões de hoje. Tiveram vários filhos. Ricardo teve 14 filhos. Francisco teve 12 filhos. Os dois casaram duas vezes e com cônjuges: brasileira, paraguaia, argentina/espanhola. Aqui estão elementos suficientes para se falar em família (trans)fronteiriça, fronteireira. A obra de Magalhães contempla descrições de descendentes dos Mendes Gonçalves vivendo no Brasil (Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul...), no Paraguai e na Argentina. Eis um fenômeno migratório que transcende a vida do indivíduo e da família stricto sensu.

Outro personagem que inspira estas reflexões é Thomaz Larangeira. Nasceu em Laguna – SC em 19/06/1840. Desde jovem estava vinculado a uma firma de Porto Alegre, atuando na cidade portuária de Concepción, no Paraguai, na lida com a erva-mate em barbaquás guaranis. Durante a Guerra do Paraguai, esteve “participando do conflito apenas na qualidade de comerciante provedor”. Terminada a Guerra, “... retornou ao Paraguay – contratado pelo governo imperial – para abastecer os componentes da Comissão Binacional de Limites, que iria proceder à demarcação dos limites fronteiriços entre o Estado do Mato Grosso e o Paraguay entre os anos de 1872 e 1874.” Esta comissão de fronteira era “integrada por cerca de sessenta homens, dos quais cinco paraguaios”. Laranjeira fornecia “charque, enlatados, açúcar, sal, banha suína, arroz, querosene, feijão, fumo, bebidas, remédios e munição, entre outros”. A experiência anterior, durante e após a guerra forjaria o“perfil de relações públicas, cidadão de muitos amigos e conhecidos” de Larangeira. Iniciou e manteve contatos e negociações com o coronel Rufino Enéas Galvão, chefe da Comissão, com Antonio Maria de Carvalho, primeiro governador do Mato Grosso do período republicano, com o “médico e capitalista Joaquim Duarte Murtinho”. Com a fundação da Companhia Mate Larangeira, os negócios ervateiros engrenaram e “Larangeira tomaria o rumo das grandes cidades, passando a desfrutar o restante de sua vida entre Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires”. Faleceu em 18/12/1911 no Rio de Janeiro. (MAGALHÃES, pp. 23 e 24)

Thomaz Laranjeira é, também, migrante. A sua vida narrada, nesta fonte, caracteriza-o como homem das e nas fronteiras. Empreendeu nos sertões fronteiriços. Territorializou-se em cidades importantes e capitais de vários estados brasileiros e de províncias da Argentina e de departamentos do Paraguai. Teve andanças pelos ervais e interiores dos países da Tríplice Fronteira. Empreendeu nos territórios limítrofes. Desfrutou da vida em centros urbanos.

Fronteiras e territórios foram discutidos, neste texto. Migrantes foram apresentados na condição de (trans)fronteiriços e/ou fronteireiros. Áreas nos limites e nos entornos da Tríplice Fronetira Brasil, Argentina e Paraguai foram apropriadas e dominadas por empreendedores para os quais as restrições tentadas pelos estados nacionais eram vistas como empecilhos para os seus intentos. Portanto, relevadas, enfrentadas e transgredidas. Tal situação era funcional para a exploração imperialista do final do século e inícios do século XX. Este modus vivendi, esta forma de agir e esta maneira de atuar nos territórios fronteiriços vão se perpetuando mais ou menos em tempos posteriores nestas localidades das bordas territoriais nacionais.

Bibliografia:

ABINZANO, Roberto Carlos. Cuadernos de la Frontera. Año I, Num. II – Posadas, marzo de 2004.

BALLER, Leandro. Fronteira e fronteiriços: a construção das relações sócio-culturais entre brasileiros e paraguaios. (1954-2014). Curitiba, PR, 2014.

DICIONÁRIO DA TERRA. Márcia Motta (org.). RJ, Civilização Brasileira, 2005.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. Retratos de uma Época – Os Mendes Gonçalves & Cia. Mate Laranjeira. Ponta Porã – MS, 2013. 235 p.

NICKSON, A. Colonización brasileira em la región oriental del Paraguay. In: FOGRL, R.; RIQUELME, M. (Org.). Enclave Sojero, erma de soberania y pobreza. Assunci [on: Ceri – Centro de EstudiosRurales Interdisciplinarios, 2005, p. 219-238.

SILVA, Henrique Manoel da. Fronteireiros: As condicionantes históricas da ocupação e colonização do Oriente paraguaio. 1. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010. v. 1. 364p .